

# Monumentos urbanos – um estudo comparativo entre duas cidades planejadas erguidas no séc. XX<sup>1</sup>

Jordanna Fonseca S. – UFMG

## Resumo

Goiânia e Belo Horizonte compartilham alguns fatos em comum: foram cidades planejadas como novas capitais dos estados de Goiás e Minas Gerais, respectivamente; possuem uma narrativa de modernidade transcritas em seus edifícios, prédios, monumentos, toponímia, conjuntos arquitetônicos, entre outros. Neste texto, tomamos dois monumentos, localizados nos hipercentros das cidades mencionadas, para analisar as disputas em torno da construção da memória local e regional tanto das capitais como de seus respectivos estados: o Monumento ao Bandeirante, em Goiânia, fixado na Praça do Bandeirante, e o Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência, em Minas Gerais, erguido na Praça Sete. A metodologia consistiu na análise documental do acervo sobre o Monumento ao Bandeirante, bem como numa revisão bibliográfica dos conceitos de cidade e espaço público (em suas dimensões política, física e simbólica), fundamentalmente, vinculando-os aos novos usos e apropriações urbanas destes espaços (de memória), que dão origem, através de tensões com o poder público, a novas representações, narrativas e memórias. Estes últimos dados foram construídos com observação desses espaços e capturados em fotografias.

**Palavras – chave:** Monumentos, memória, cidades planejadas.

## Introdução

*A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado.*

H. Lefebvre, 1969

Ainda não tão evidente é a constatação de que não há *uma* narrativa das cidades. Uma história, linear e coesa, sem ambiguidades ou contradições, concebida de modo homogêneo por todos os grupos de habitantes – a comunidade urbana – que nela se

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

inventam cotidianamente. Embora, como veremos aqui, os monumentos, em sua forma material permanente, concreta e fixa, tendam a convergir uma unicidade das múltiplas memórias espalhadas sobre o universo em movimento do *devir* urbano (GURNEY, 2015).

Para Wirth (1938), a modernidade impulsiona o processo de urbanização, que no Brasil ocorreu com fôlego somente nos anos 30 e 40 do séc. XX (RIBEIRO e SCALON, 2001). Isso provocaria o afastamento do ser humano de sua “natureza orgânica”, inaugurando um novo estilo de vida que é encontrado entre os moradores das grandes cidades, fundamentado em dois grandes impulsos: cidadania e autonomia. Essa liberdade que o indivíduo encontra na cidade é definida, por Simmel (1901), como ausência de limites ao movimento, tanto espacial como entre círculos ou formações sociais. Ou ainda como ausência de preconceitos, como possibilidade de um modo de existência não imposto por outros, particular e incomparável. Vale destacar que, no Brasil, somente na década de 70 (IBGE, 2006) o número de pessoas habitando zonas urbanas ultrapassa o de zonas rurais, consolidando um marco fundamental na história da sociedade brasileira. No mundo, a população urbana em 2014 representava 54% do total. A estimativa é de 66% em 2050<sup>2</sup>, com aumento significativo na Ásia e África.

Uma das mudanças mais profundas, trazida junto com as cidades modernas, cujo foco será esboçado aqui, está na relação dessas transformações com as memórias individuais que lançam âncoras às memórias sociais<sup>3</sup> ou locais. A tradição oral perde lugar para a escrita disseminada, o saber científico. A difusão do saber, conhecimentos do mundo, é destinada às escolas e universidades, responsáveis fundamentalmente pela perpetuação da *história oficial*: as lutas de grupos ou classes (com ênfase nos vencedores), as conquistas de direitos ou sua perda (com ênfase nos “grandes nomes”). Nesse sentido, falar em narrativas como alternativa à narrativa hegemônica é retomar a heterogeneidade de grupos e indivíduos presentes nas cidades. Em geral, essa narrativa escrita e disseminada por grupos dominantes solidifica-se nos monumentos, cuja particularidade reside não apenas na transmissão de uma informação, mas na mobilização da emoção, da sensibilidade, evocando uma memória viva, um sentido de temporalidade (CHOAY, 2001).

---

<sup>2</sup> Revision of World Urbanization Prospects, 2018.

<sup>3</sup> “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.” (HALBWACHS, 1990, p. 94)

Dito isso, é preciso definir de antemão o que será aqui tratado: a relação entre os monumentos dispostos no espaço (público) urbano e a memória social da cidade traduzida em representações, discursos e narrativas. Mais do que elementos estéticos, os monumentos significam o espaço com uma simbologia que lhe é própria; além de se localizarem em espaços privilegiados (para nativos e turistas): centros históricos projetados ou centros comerciais de grande circulação. Todavia, essas questões encaminham a pesquisa para a difícil tarefa de identificar aproximações e/ou distanciamentos entre a história oficial, em geral narrada pelos grupos dominantes, como já foi dito, e a história oral, narrada pela anônima classe de cidadãos sem poder político. Afinal, as representações sociais dos monumentos expostos nas cidades, suas traduções mentais, não emanam deles, mas são construídas nas mentes individuais, ainda que comporte configurações coletivas mais ou menos homogêneas.

Gurney (2015) propõe pensar a cidade como uma *heteroglossia*<sup>4</sup> de espaços, paisagens e significados, como um *palimpsesto*, i. é, uma série de narrativas e significados sobrepostos temporalmente, a fim de evitar uma narrativa central e generalizações a partir dela. Isso vai ao encontro da definição de Capel (2002), pois, para ele:

el paisaje puede leerse como un texto. Es un texto, tanto en el sentido actual como en el originario (es decir, tejido, de *textum*, participio de *texo*, tejer). El paisaje es una especie de palimpsesto, es decir que, como en un manuscrito que conserva huellas de una escritura anterior, hay en él partes que se borran y se reescriben o reutilizan pero de las que siempre quedan huellas. Y es un espacio tejido cuya trama y urdimbre hay que saber reconocer. (CAPEL, 2002, p. 20, grifos do autor)

Em suma, eis o que o/a leitor/a encontrará aqui: feita uma revisão teórica de alguns conceitos e estudos desenvolvidos no âmbito da sociologia urbana sobre cidade, espaço público, patrimônio e monumento, dois casos ilustrativos que figuram como exemplos à exposição serão abordados: o Monumento ao Bandeirante (Anexo I), erguido no ano de batismo cultural da nova capital planejada do estado de Goiás, 1942, Goiânia, como homenagem ao bandeirante responsável pela fundação da antiga capital<sup>5</sup>, atual Cidade de Goiás<sup>6</sup>; e o Monumento comemorativo ao Centenário da Independência

---

<sup>4</sup> Conceito criado por M Bakhtin, crítico literário, para tratar da diversidade de línguas dentro de uma comunidade.

<sup>5</sup> Bartolomeu Bueno da Silva, filho de bandeirante de mesmo nome, foi responsável por erguer, em 1722, o *Arraial de Sant'Anna*, que anos depois se tornaria *Vila Boas de Goyaz*.

<sup>6</sup> Em 2001, a cidade foi tombada pela Unesco em Patrimônio Cultural da Humanidade. A antiga capital mineira, Ouro Preto, recebeu este mesmo título em 1980 e foi o primeiro patrimônio nacional, em 1938.

(1922), conhecido popularmente como “pirulito da praça 7”, localizado na igualmente planejada capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

### **O que é cidade? Características, definições e debates**

Outras questões acompanham pesquisadores/as de diversas áreas cujos estudos são realizados nas fronteiras político-administrativas do que se entende por cidade. O que é cidade, afinal? Em outras palavras, o que define o *urbano*? Para além da usual dicotomia cidade e campo, urbano e rural ou agrário, moderno e tradicional, é possível aventar respostas que tangenciem o desenvolvimento do capitalismo industrial e o surgimento das cidades modernas, civilizações ocidentais, como fatores interligados. Mais do que uma aglomeração populacional densa e heterogênea<sup>7</sup>, do que uma concentração de instalações e atividades diversas (comércio, serviço, lazer), a cidade inaugura toda uma forma de vida com conteúdo próprio.

Simmel (1901) mostra que, nas grandes cidades, a economia monetária, cujas origens estão no mercantilismo e cuja expressão máxima é encontrada no capitalismo, predomina entre outros tipos econômicos. Isso é observado com a insurgência de determinações numéricas sobre a vida social (valores quantitativos, cálculos, comparações), que faz surgir o caráter *blasé*<sup>8</sup>, fortemente fundamentado num intelectualismo: maneira de agir e reagir apenas com o entendimento, com a lógica, o cálculo racional e preciso, consciente e impessoal. Muito próximo do que Wirth (1938) posteriormente entende como característica da interação social urbana: preponderância de um contato superficial, transitório, mediado por grupos organizados, em relação aos relacionamentos primários, mais pessoais e profundos. Nesse contexto, o dinheiro se torna “o denominador comum de todos os valores” (SIMMEL, 1901, p. 6). Com sua essência contábil, ele surge como terrível nivelador, pois, corrói o núcleo das coisas, sua incomparabilidade e valor específico.

A grande cidade é, para Simmel (1901), o lugar da economia monetária, centros da circulação de dinheiro, *locus* da indiferença, aversão, estranheza, repulsa mútuas,

---

<sup>7</sup> Wirth (1938) menciona a heterogeneidade populacional como uma variedade de tipos de personalidades encontrados no meio urbano: um hibridismo de etnias/raças, culturas, povos e individualidades.

<sup>8</sup> O caráter blasé é entendido como um ajustamento à forma de existência dominante e aos efêmeros e constantes estímulos nas grandes cidades; como um reflexo subjetivo (disposição anímica) relacionado à economia monetária.

antipatia (distância e afastamentos); da reserva, frieza e desconfiança; é uma “organização monstruosa de coisas e potências” (SIMMEL, 1901, p. 588). Um lugar de contato fugaz e constante entre incontáveis e desconhecidos seres humanos. Embora Lefebvre (1969, p. 52) afirme que “declarar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões, é uma ideologia absoluta”, não parece ser esta a intenção de Simmel. Para ele, a cidade permite o desenvolvimento da individualidade, pois, a reserva já mencionada, necessária aos processos de socialização urbana, garante a liberdade pessoal. Ademais, a cidade grande é local do cosmopolitismo, ou seja, a vida interior de seu habitante é atravessada por um território nacional e/ou internacional mais amplo. O mesmo não ocorre com a cidade pequena que permanece ensimesmada.

As grandes cidades reúnem, por fim, grandes formações históricas, complexas e inacabadas. Impulsiona o indivíduo “cada vez mais incapacitado a se sobrepor à cultura objetiva” (SIMMEL, 1901, p. 12) rumo a uma existência pessoal mais individual. O indivíduo – existência corporal indivisível, grão de areia – encontra dificuldades de sobrepor a própria personalidade diante da vida na grande cidade, tendo que exagerar para ser notado, se destacar, tentar ser diferente. Simmel (1901) menciona alguns exemplos, como esquisitices, extravagâncias, exclusivismos, caprichos, preciosismos, bem como a criação de novas necessidades (em decorrência da divisão do trabalho e das especializações). Esse fenômeno é chamado de “particularização qualitativa” e se trata de um excitação da sensibilidade de distinção, a fim de ser notado no círculo social a qual o indivíduo pertence ou busca fazer parte.

Capel (2002) coloca Simmel na caixa dos reformadores liberais, ao criar uma tipologia de pesquisadores das cidades. Para ele, o sociólogo da *sociação* pormenoriza no indivíduo sua ênfase de compreensão dos fenômenos urbanos, o que influencia, posteriormente, a Escola de Chicago. Tamanho, diversidade, comunidades étnicas, idealismo (realidades subjetivas construindo realidades objetivas), bem como a definição das cidades como um sistema orgânico, com sua ecologia própria, tal como áreas naturais com esquemas de competição e sucessão temporais, são usados para pensar as cidades enquanto particularidades históricas.

Wirth (1938, p. 64), sociólogo alemão da Escola de Chicago, define a cidade como “um assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”, mas entende, com M. Weber (1966), que o *tamanho* não é suficiente para definir a *cidade*, criando também tipologias (portuária, industrial, de

serviços; pequena, grande). Linhas de transporte e comunicação; serviços e atividades industriais, financeiras; fronteiras administrativas; centro de comércio, mercado e diversidade econômica; fortes (ou fortalezas), tribunais e poder militar; equipamentos culturais e recreativos (teatros, museus, rádio, bibliotecas, instituições de ensino; instituições religiosas etc.).

Mais contemporâneo, o filósofo e sociólogo marxista francês H. Lefebvre (1969) afirma que a estrutura social molda a cidade com uma ordem política, religiosa e moral, cuja ideologia possui implicações públicas e sensíveis (ou estéticas). Para ele, a cidade é caracterizada por uma dupla morfologia: material (prático-sensível) e social (ideológica). No nível social, ideológico, estão as relações sociais, o pensamento individual, o nível metafísico, espiritual e simbólico. Ao entender a cidade como um livro ou como uma escrita, i. é, como um sistema semântico, o autor aproxima a compreensão do fenômeno urbano da semiologia, da linguística, dos signos e símbolos e seus significados. A relação entre a cidade e a sociedade, para Lefebvre, é dialética, sendo a cidade produto e produtora da sociedade que nela habita, funciona, vive. Para ele, a cidade é a realidade presente, imediata, ao passo que o urbano são as relações construídas e reconstruídas pelo pensamento.

A cidade reúne, então, a civilização, a cultura, o conhecimento, as obras de arte (objetos prático-sensíveis), as relações sociais (mundo sensível e transcendente); é a projeção de uma sociedade sobre um local; é um centro de decisão, lugar de consumo, de desejo; da produção e concentração de capitais; é parte do modo de produção capitalista; expressa, em sua totalidade, as contradições de classes (CASTELLS, 2009); é centro comercial com reflexos do global na realidade local; possui um papel histórico, é o local das revoluções; e, em tudo isso, permanece em um espiral infinito, no devir que na mudança mantém elementos anteriores.

Gurney (2015) chama atenção para a natureza inconstante da cidade, sua variedade e especificidade, composta de múltiplas modalidades, resultante de uma fusão de temporalidades. Para ela, a cidade aparece como cenário onde atores e público performam suas atuações e interações. O habitante aparece como movimento, circulação, com sua natureza peripatética e nômade. Apesar disso, enquanto humano, ele está sempre se guiando por sentidos e significados diversos que brotam dos encontros, situações e lugares.

As cidades aqui utilizadas como exemplos ilustrativos, Belo Horizonte e Goiânia, compartilham alguns fatos em comum: foram cidades planejadas como novas

capitais dos estados brasileiros Goiás e Minas Gerais, respectivamente; possuem uma narrativa de modernidade que são transcritas em seus edifícios, prédios, monumentos, toponímia, conjuntos arquitetônicos. Como são cidades do sertão, do interior do país, não-litorâneas, não poderiam ser classificadas como do tipo portuárias. Além disso, não foram projetadas como cidades industriais nos termos estudados por Engels (2008), embora o desenvolvimento capitalista nessas cidades apresente traços de segregação espacial por classes. De fato, foram construídas com o objetivo de concentrarem o novo centro administrativo dos estados com um projeto fundamentalmente político que termina na transposição a uma cidade de serviços.

Atualmente, os centros dessas capitais passam por processos de revitalização, requalificação e tombamento de alguns de seus elementos, criando uma atmosfera histórica para o turismo e outras apropriações do capitalismo contemporâneo, o que poderia ser melhor discutido se pensássemos os processos de gentrificação que envolvem a efetivação desses projetos de transformação do solo, equipamentos, usos e custos de acesso. Nesse sentido, buscaremos pensar a cidade como uma contínua formação que se processa na interação entre pessoas e objetos urbanos, o que inclui aspectos físicos (equipamentos, infraestruturas, mobiliário, monumentos etc.) e sociais (ou simbólicos: representações, crenças, ideias etc.). Isso será melhor explicado, posteriormente, ao tratarmos de eventos urbanos que envolvem diferentes novos usos e apropriações dos patrimônios históricos por parte dos habitantes nos casos já mencionados das duas cidades e seus monumentos-ícones.

### **O público e o privado: Espaços Públicos, democracia e patrimônios**

O conceito de espaço público é, usualmente, definido em relação ao conceito de esfera pública, elaborado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Trata-se fundamentalmente daquilo que diz respeito à sociedade civil e suas formas de organização; de expressão da cidadania democrática, com relativa independência do Estado e da esfera política. Tem destaque na esfera pública estudada por este autor os jornais, pois, são lugares de circulação de informação com capacidade de divulgar ideias e produzir uma opinião pública, reunir indivíduos e fomentar associações políticas (SILVA, 2001). Essa esfera pública reúne a vida política, em suas diferenças, através de manifestações políticas, protestos, associativismos etc., e, por isso, expressa as contradições, a variedade de discursos e posicionamentos encontrados no espaço

público. É onde acontece a construção das regras do jogo (uso e acesso dos espaços públicos); onde a desigual relação de poder, conflituosa, é alimentada.

As definições deste conceito retomam a *ágora*, na Grécia antiga, lugar onde os cidadãos atenienses se reuniam em assembleia para deliberar acerca dos interesses públicos e tomar decisões em prol do bem comum, quase como um tipo ideal. No entanto, longe de permitir a participação de todos os indivíduos, apenas os homens eram considerados cidadãos: escravos/as e mulheres eram excluídos. O livre e igualitário acesso reivindicado pelos espaços públicos nas sociedades modernas encontra na prática uma série de variações que surgem tanto da legislação local quanto das negociações históricas entre os grupos que ocupam estes espaços. Assim, a idealizadora e normativa ideia de uma universalidade dos usos e acessos aos espaços públicos, baseada no direito burguês e nas liberdades individuais, na realidade, existe apenas na lei, pois, na prática, contrasta com a segregação encontrada nas diferentes apropriações, nos intervalos de permanência, nos conflitos, nos constrangimentos, nas discriminações etc.; em suma, nos arranjos locais, próprios do espaço empírico estudado (regras sociais para usos legítimos, acesso e uso dos bens coletivos, normas sociais interiorizadas etc.).

Em geral, os espaços públicos são áreas abertas de uso coletivo, espaços tangíveis, lugares de encontro, de construção de uma identidade coletiva, mas não se reduzem a praças ou parques, ruas ou avenidas, edifícios públicos, museus, igrejas, bibliotecas, mercados, passeios, jardins, reservas ecológicas, prédios tombados, incluindo novos espaços que não são apenas de circulação, mas de encontros e agências, como os transportes coletivos. São espaços de lazer, consumo, de expressão religiosa, política, afetiva. Em oposição aos espaços privados, cuja propriedade é privada, individual, os espaços públicos são, em geral, de propriedade patrimonial ou estatal (municipais, estaduais ou federais); por lei, devem garantir o acesso livre e igualitário, permitindo um uso universal. Nesse sentido, as desigualdades sociais seriam neutralizadas. Na prática, o fosso histórico entre a lei e a vida social é percebido.

Essa divisão entre público e privado é mais nitidamente estabelecida pós revoluções burguesas – industrial (ou gloriosa) e francesa (ou iluminismo) –, que definem um momento histórico próprio às sociedades modernas ocidentais, de pacto ou contrato social, com germes de democracia representativa para estruturar o Estado-moderno e sua divisão de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). A sociedade, por outro lado, controla, em alguma medida, seus espaços de reunião, os meios de comunicação (jornais, mídias, literatura, arte etc.), seu associativismo. No âmbito

privado, os moralismos e vícios; no público, as virtudes e interpretações coletivas. Os lugares de encontro dessa sociedade civil configuram espaços físicos, como cafés, bares, restaurantes, que, a princípio, podem ser inofensivos lugares de comer e beber coletivamente, mas que se tornam espaços de eufóricas discussões políticas. Isso é visto com o exemplo de Harvey (2006) dos mecanismos de resistência criados pela classe trabalhadora ao novo urbanismo francês imposto em Paris pelo Barão de Haussmann.

A reforma urbana sugerida por Haussmann, em 1853, procurava pôr fim à cidade das barricadas: o urbanismo foi usado como forma de controle social. Uma crítica à ideia de prescrição, de reforma, já havia sido feita por Lefebvre (1969), ao denotar a especificidade da cidade enquanto obra<sup>9</sup>. O desenho urbano, além de fomentar investimentos privados, o comércio e lucro, facilitava o controle militar do espaço urbano. A monumentalidade proposta pela reforma expressa o poder imperial; os *boulevards* traçam a vigilância, militarização e homogeneidade dos bairros; os espaços públicos se tornam espaços de consumo e lucro privado. Ao criar essa cidade do espetáculo, com sociabilidades voltadas exclusivamente para atividades lucrativas, com desfiles militares, Harvey (2006) desconfia de um desestímulo à participação política, que mantém o cidadão como mero espectador, consumidor. No entanto, novos espaços se tornam locais de lutas simbólicas, de encontros políticos, de sociabilidades, frente a hegemonia burguesa instaurada, o que, para ele, denota o poder de agência individual (e de classe) dessa massa de trabalhadores. Outra discussão interessante é a da porosidade ou fusão entre os espaços públicos e privados, com espaços quase-públicos entre eles. O autor utiliza o poema *Les yeux des pauvres*, de C. Baudelaire, para exemplificar como um café, espaço comercial cujo acesso é *livre*, de fato é restrito a certos grupos, com relativa homogeneidade de frequentadores. As vitrines permitem a visibilidade e transparência dessas contradições.

Isso nos leva à relação feita por Amin (2008) entre espaço público urbano, virtude cívica e o exercício da cidadania. No entanto, para o autor, a mistura entre estranhos trazendo as diferenças à eclosão não melhoram a democracia. Como exemplo, cita teatro de rua, bairros com varandas, festivais multiculturais. Gurney (2015), por outro lado, entende o espaço público como o lugar da necessidade, da sobrevivência e trocas; como um espaço recriado com diferentes significados. Além disso, menciona o

---

<sup>9</sup> Para ele a cidade é vista como obra, como criação, ao mesmo tempo em que é resultado de uma historicidade própria; é produto de um processo constante: é uma cidade histórica.

uso do mercado informal, ou seja, das práticas informais de rua, dos ambulantes (fornecedores sem lojas). A autora estudou os efeitos de projetos de arte, tais como performances teatrais, dramatúrgicas, que exploram o espaço público. Esses projetos tinham como fundamento o caráter efêmero da arte performática somado à sensibilidade nômade do deslocamento e movimento intrínseco à condição humana. Nesse sentido, as performances artísticas, executadas de modo fugaz e difuso, estudadas por ela se opõem à arte pública monumental aqui estudada, com sua forma material permanente.

As praças brevemente mencionados no começo do texto, Praça Sete (Belo Horizonte) e Praça do Bandeirante (Goiânia), podem ser tomadas como exemplos de espaços públicos. Além de se localizarem no ponto nodal onde convergem antigas, grandes e principais avenidas, essas praças sofreram redução de seu tamanho e



Figura 1 - Praça do Bandeirante, Goiânia, Cartão Postal - Acervo: IBGE



Figura 2 - Praça do Bandeirante, Goiânia, 2014 / Fonte: Naldo Mundim



Figura 3 - Praça Sete, Belo Horizonte, Cartão Postal – Fonte: Autor desconhecido



Figura 4 - Praça Sete, Belo Horizonte, anos 2000 – Fonte: Autor desconhecido

dimensão para ceder lugar às vias de tráfego e ao aumento dos transportes individuais e coletivos. Por essa centralidade geográfica e histórica no espaço urbano das duas capitais, essas praças configuram lugares de encontro para eventos e sociabilidades diversas, bem como para mobilizações, manifestações e protestos políticos (figuras 5 e 6). Podem ainda ser consideradas como marcos zeros das respectivas cidades, tanto para seus habitantes como para seus visitantes.



Figura 5 - Manifestantes da Praça do Bandeirante, 2018 – Fonte: Autor desconhecido



Figura 6 - Manifestantes na Praça Sete, 2018 / Fonte: Elaboração da autora

As avenidas Anhanguera e Goiás, cruzamento onde se erigiu a Praça do Bandeirante em Goiânia, têm sua importância urbana conferida tanto por aspectos históricos (foram traçadas por Atilio Correia Lima, urbanista responsável pelo plano urbanístico da cidade), quanto por aspectos demográficos e sociais. A região no entorno da praça, setor central<sup>10</sup>, reúne o império das mercadorias, com lojas e comércio formal e incontáveis pontos de vendedores informais. Além disso, circula na Av. Anhanguera a única linha de transporte coletivo *BRT* Eixo Anhanguera (Leste-Oeste) responsável pela alimentação das estações e terminais de integração da capital e da região metropolitana. Na Av. Goiás está em construção o novo *BRT* (Eixo Norte-Sul).

De modo semelhante, as avenidas Afonso Pena e Amazonas, cruzamento da Praça Sete de Setembro, são alimentadas pelas principais linhas de transporte coletivo, fato que confere muita movimentação de transeuntes para mobilidade pela cidade. Os comércios formal e informal (com trabalhadores nos espaços de circulação de pedestres) também são observados na região no entorno da praça, bem como espaços culturais, de lazer e entretenimento. Esses mercados formais e informais criados nos espaços públicos, transformando-os em *cidadelas de consumo* (AMIN, 2008), não devem ser vistos como desrespeito urbano, indiferença social ou individualismo. Ademais, o valor histórico também é conferido a essa região, que se encontra no plano urbanístico da

---

<sup>10</sup> De modo semelhante ao que viria ocorrer em Brasília, a capital moderna por excelência, Goiânia possui uma divisão urbanística por setores. Isso equivale, de certa forma, aos princípios funcionalistas do urbanismo criticados por Jacobs (1961): organização espacial da cidade segundo funções predeterminadas.

nova capital mineira produzido por Araújo Reis, e foi palco de transformações significativas do ponto de vista dos eventos marcantes à cidade, tais como o bondinho que por lá circulava até os anos 1963<sup>11</sup> (figura 3).

Em suma, o espaço público pode ser compreendido em três dimensões: política, simbólica e física. Na primeira, encontram-se as relações de poder e as lutas políticas. Os embates democráticos, de cidadania, típicos da já mencionada esfera pública, estão aqui inseridos. Acesso, uso e apropriação também são indicadores do que há de político nos espaços públicos, uma vez que são historicamente determinados por meio das legislações e fiscalizações locais. M. Weber menciona a emergência das cidades como forma de administração e governo, i. é, como forma de dominação não-legítima (WEBER, 1966).

O caráter político do espaço público retoma o problema da ordem, do controle social, da regulação. As contestações e protestos figuram como expressão dos conflitos existentes na sociedade civil. É preciso cuidar para não confundir espaços públicos com espaços coletivos. *Shoppings centers* ou os já mencionados transportes coletivos, por exemplo, são propriedades da iniciativa privada<sup>12</sup> embora seus usos se estendam a uma coletividade. Esses últimos conformam uma rede de serviços públicos, de consumo coletivo, mas que, por seus usos, consequências e afetação, podem ser considerados espaços públicos: há casos de manifestações políticas, artísticas, religiosas, dentro dos ônibus coletivos.

Na segunda dimensão, simbólica, estão as relações sociais, de sociabilidade; de expressão da heterogeneidade e diversidade que residem em solo urbano. Aqui estão os usos turísticos, as paisagens culturais, os edifícios históricos, os projetos de requalificação e tombamentos, os monumentos. Lefebvre (1969) afirma que “a cidade se compõe de espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, *monumentos*, praças, ruas, vazios grandes ou pequenos” (p. 70) e, de alguma forma, esses espaços vazios podem se tornam espaços públicos, com potencialidade para ação coletiva e sociabilidades diversas. A última, dimensão física, é a estritamente material, tangível, palpável; responsável por sustentar todas as outras, ao construir os cenários das interações possíveis.

---

<sup>11</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/11/10/interna\\_gerais,328913/velho-bonde-deixou-saudade-em-belo-horizonte.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/11/10/interna_gerais,328913/velho-bonde-deixou-saudade-em-belo-horizonte.shtml)

<sup>12</sup> O caso dos transportes coletivos, como se trata de um serviço público, é diferente, pois, em muitos casos, pode ser gerido por empresas privadas ou de economia mista com subsídios estatais, como é o caso do BRT em Goiânia: Eixo Anhanguera.

As praças já mencionadas servem de sustentáculo para monumentos em estudo, que são contemplativos, históricos e/ou referenciais geográficos. O Obelisco da Praça Sete (1922), monumento comemorativo ao centenário da Independência da República, parece vincular a identidade mineira aos discursos republicanos, de independência política, democracia, emancipação e modernidade, retomados com a Inconfidência Mineira, Tiradentes e outros ícones.

O Monumento ao Bandeirante foi uma doação de estudantes paulistas à cidade fundada em 1933 com objetivo de perpetuar, rememorando, os laços históricos entre Goiás e São Paulo, ao registrar os feitos dos bandeirantes numa escultura exposta no centro da capital. Foi em São Paulo que aconteceu, então, a campanha pró-monumento, financiada pelos governos de Goiás e São Paulo. Contou com publicidade, propagandas a nível nacional, bem como conferências, palestras, discursos que versavam sobre a história dos bandeirantes em território paulista e goiano (COLEÇÃO BAND, 2009).

Ao longo da história da jovem cidade, a estátua serviu de inspiração para a literatura folclórica regional (LACERDA, 1981), pinturas e peças teatrais, músicas etc., ou seja, para a produção cultural de modo geral. Além disso, a *história oficial* de Goiás e sua nova capital ensinada nos livros didáticos, nas escolas e universidades, cobrada em exames de seleção, tem a figura dos bandeirantes como pioneiros, como verdadeiros colonos do interior, do sertão, brasileiro. A estátua parece cumprir ainda um *efeito-profecia*, como se o destino goiano tivesse de cruzar o paulista, seu espelho de modernidade, uma vez que sua origem coincide com as bandeiras dos primeiros povoados.

Essas narrativas, no entanto, não são homogêneas. Para exemplificar, tomaremos de modo enfático o Monumento ao Bandeirante, pois, suas contradições e disputas em torno da memória local são mais explícitas. Usado como cartão postal (Anexo I, figura 1 e 2), este monumento representava a autoimagem da cidade para as cidades vizinhas e para si mesma. Longe de ser criação espontânea, essa imagem era montada, criada, manipulada, por grupos dominantes social, econômica e politicamente (políticos, urbanistas, intelectuais, entre outros) de modo a homenagear, em tom *glorioso* os feitos valentes dos bandeirantes. Ao longo da história da cidade, grupos sociais de manifestantes (em geral de estudantes) que não concordavam com essa narrativa oficial, de homenagem aos bandeirantes, agiam de modo contestatório em intervenções na estátua: pichações, fogo etc. (a seguir, figura 7). Para Lefebvre (1969):

a cidade não pode ser concebida como um sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema. [...]. Todavia, a Cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e “significá-las”), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. Nas cidades, os *monumentos* e as festas tiveram esses sentidos. (p. 65, grifos próprios)

Isso equivale a dizer que os monumentos, aspecto do patrimônio cultural material (tal como as festas: patrimônio cultural imaterial), traduzem significações diretamente vinculadas à vida social, à sociedade que se constrói naquela localidade, incluindo os elementos religiosos e políticos. Assim, as significações existentes na cidade podem ser ditas na voz dos edifícios, dos monumentos, das ruas e praças, nas festas, cerimônias, manifestações políticas, entre outros. Amin (2008) menciona o conceito de solidariedade simbólica que, para ele, significa a intencionalidade do planejamento urbano em provocar sentimento de admiração e até medo nos habitantes. Isso acontece através dos colossais edifícios, da arte monumental, das grandes avenidas e praças, que propiciam uma ruptura estética.

Isso se aproxima do que Jacobs (1961), jornalista estadunidense, observa no movimento City Beautiful cuja meta era a Cidade Monumental, com a arte, embelezamento, monumentalidade e estética refletidas na separação de instituições culturais e públicas do resto da cidade. Assim, “esses edifícios monumentais haviam sido apartados do resto da cidade e agrupados para criar um efeito o mais grandioso possível, dando ao conjunto um tratamento de unidade completa, separada e bem definida.” (JACOBS, 1961, p.27). Lefebvre (1969) entende a arte como parte da realização humana voltada para o sublime, o transcendente. A beleza, para ele, em concordância com Nietzsche, é propriedade e produto dos homens (e mulheres). Isso retoma sua concepção da cidade como produto (histórico) e obra (criação). Jacobs (1961) defende a diversidade, de usos e usuários, para garantir a vitalidade urbana, partindo do ponto de vista da prática cotidiana. Para ela, as cidades utópicas planejas pelo urbanismo moderno se contrapõem a diversidade existente nas cidades em sua vida



Figura 7 - Protestos e intervenções, 2017 /  
Fonte: Autor desconhecido

cotidiana, semelhante ao que Lefebvre (1969) entende por espaço abstrato (desenhado por urbanistas) e espaço diferencial (trilhado no mundo prático). Sua proposta encontra um “realismo urbano”, partindo das cidades já existentes: isso incide, por exemplo, na mescla de edifícios velhos e novos, para evitar o processo de gentrificação, segregação, setorização, zoneamentos etc. Ainda Jacobs (1961) defende que essa mistura de usos garante segurança urbana, ao contribuir com contatos variados entre cidadãos. Para ela, a diversidade provoca a heterogeneidade de usos e usuários/as, mas que isso não implica em caos, desordem, insegurança; usos nocivos ou paisagem feia. Pelo contrário, para ela, isso é um mito. Essa diversidade garante segurança.

Em contrapartida ao apresentado por Jacobs (1961), Sampson (1999), sociólogo dos EUA, entende o crime como um fenômeno caracteristicamente urbano, vinculado à desordem e à degradação urbana. Ao criticar as políticas de segurança pública baseadas na teoria das “janelas quebrada”, o autor se apoia na teoria da eficácia coletiva, da desorganização social. Para ele, a desordem social advém com a presença de estranhos, de “ameaçadores” (pessoas intoxicadas, gangues, prostitutas, que xingam, que usam drogas etc.), pois, a coesão e confiança mútuas são rompidas e as expectativas compartilhadas ficam em suspensão. Ao contrário do que afirma Jacobs (1961), para ele, a alta densidade e a proposta de usos mistos promovem a desordem e, conseqüentemente, o crime.

Podemos pensar na dimensão do crime ao patrimônio, para analisar os que são cometidos contra os monumentos. Sampson (1999) traz a deterioração física urbana, com exemplos de pichações, grafite, cigarros, camisinhas, como fatores que maximizam a criminalidade e insegurança. As já mencionadas e recorrentes pichações realizadas nos monumentos ao bandeirante e ao centenário da independência, seriam vistos por ele não como indícios de memórias e narrativas contestadas – tal como analisamos –, mas como evidências de desordem e caos.

Caldeira (2000) define o espaço público na direção semelhante do que já foi discutido, abordando sua relação com a esfera pública, de deliberação coletiva, vinculada à democracia e à igualdade e acessibilidade, bem como à liberdade de circulação e uso. No entanto, ela observa que o processo de democratização não resultou em uma cidade socioespacialmente democrática, i. é, o espaço público no Brasil não é democrático, é tradicional, moralista e segregado. Como exemplo, traz os pobres, “sem-teto”, “marginais” e moradores de rua, mostrando como os centros da cidade são abandonados à pobreza urbana, até que aconteça os processos de

gentrificação. Nas praças Sete e do Bandeirante, é possível observar os fenômenos do crime (com ênfase em furtos e assaltos), do comércio informal, da alta densidade e diversidade de habitantes.

### **Considerações Finais**

A intenção aqui foi a de esboçar possíveis relações entre os monumentos urbanos imbricados a suas respectivas praças, com relevante localização urbana devido às históricas avenidas, alta densidade de pessoas, ininterrupta circulação de coisas (ou mercadorias) e ideias. Apesar de seus reduzidos tamanhos, as praças foram tratadas como espaços públicos de duas cidades modernas planejadas no contexto brasileiro. Dentro disso, buscamos pensar as contradições encontradas na construção das narrativas sobre o lugar, suas representações e memórias hegemônicas ou marginais.

### **Referências Bibliográficas**

- CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAPEL, H. *La morfología de las ciudades*. I. Sociedad, cultura y paisaje urbana. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- COLEÇÃO BAND – Monumento ao Bandeirante. Acervo digital CIDARQ – UFG. Acesso: << <https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes> >>
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008 [1845].
- GURNEY, K. *The Arte of Public Space: Curating and Re-imagining the Ephemeral City*. Palgrave Macmillan, 2015.
- HARVEY, David. The political economy of public space. In: LOW, Setha; SMITH, Neil (Orgs.). Nova York: Taylor & Francis Group, 2006.
- IBGE, *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 2006.
- JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. Middlesex: Penguin Books, 1961.
- LACERDA, Regina. *Histórias que o homem de bronze contou*. Goiânia: Saraiva, 1981.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 1991.
- RIBEIRO, C.; SCALON, C. Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada. *Dados*, v. 44, n.1, 2001.

- SAMPSON, R; RAUDENBUSH, S. "Systematic Social Observation of Public Spaces: A New Look at Disorder in Urban Neighborhoods". *American Journal of Sociology* 105 (3): 603–51, 1999.
- SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.35, pp.117-138, 2001.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, vol.11 no.2 Rio de Janeiro, 1902.
- URRY, J. *Sociology Beyond Societies – Mobilities for the Twentyfirst Century*. London: Routledge, 2000.
- WEBER, Max. *The city*. Trad.: Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966
- WIRTH, L. Las grandes metrópolis y la vida intelectual. In: KASINTZ, P. *Metropolis: center and symbol of our times*. New York: New York University Press, 1995.